POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE TRACUATEUA (PARÁ)

Vânia Lúcia Quadros Nascimento[1]
Helena Doris de Almeida Barbosa[2]

Resumo: O objetivo da pesquisa relatada neste artigo foi analisar a contribuição da política pública de turismo de Tracuateua (Pará) para o desenvolvimento local. As evidências empíricas estão baseadas em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo que esta última foi realizada junto ao órgão gestor de turismo do município. Os resultados apontam que a política pública de turismo foi materializada no Plano Municipal de Turismo de Tracuateua (PMT Tracuateua), cujas ações foram implementadas até 2011, em função do período eleitoral e da troca de gestão municipal, em 2012. Conclui-se que a política pública de turismo pode, sim, contribuir para o desenvolvimento local, desde que seja implementada de maneira contínua e que passe por momentos de atualização, adequação ou reformulação para atender às necessidades locais, considerando as transformações do contexto global.

Palavras-chave: políticas públicas de turismo, desenvolvimento local, Tracuateua (PA).

Introdução

O último quartel do século XX e o início do século XXI foram marcados por transformações intensas no contexto mundial. Vários fatores contribuíram para isso, entre os quais merecem destaque a questão ambiental, por um lado, e a globalização, por outro. No que tange à questão

1 Docente e pesquisadora da Faculdade de Turismo/ICSA/UFPA (vaniaquadros@ufpa.br)

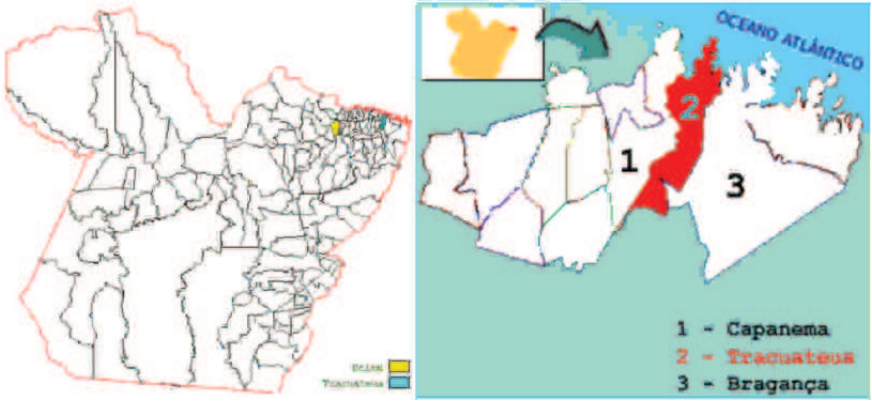
2 Docente e pesquisadora da Faculdade de Turismo/ICSA/UFPA (hdoris@ufpa.br)

ambiental, tem-se que o acirramento desta possibilitou a derrocada final do paradigma de desenvolvimento fordista-keynesiano, em voga até então, e, por conseguinte, a égide de um novo modelo pautado nos preceitos da sustentabilidade. Em relação à globalização, esta tem contribuído para a configuração de um novo panorama, no qual as distâncias se relativizam e a interação entre indivíduos, nações, estados e municípios acontece em tempo real, permitida, notadamente, pelos avanços tecnológicos.

Tais transformações repercutiram na maneira de se planejar o desenvolvimento das nações, estados e municípios. E, também, no processo de concepção, formulação e implementação das políticas públicas promotoras de tal desenvolvimento. Convém destacar a necessidade e o caráter imperativo de se articular o local, nas distintas escalas, com foco no global, ou seja, pensá-lo tendo em vista sua inserção no mundo globalizado.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa ora relatada foi analisar a contribuição da política pública de turismo para o desenvolvimento local do Município de Tracuateua (Figura 1), integrante do polo de turismo do Estado do Pará, denominado Amazônia Atlântica (NASCIMENTO; SIMONIAN, 2014). Para tanto, as informações foram coletadas por meio de pesquisas bibliográfica e documental e complementadas por pesquisa de campo. Esta última, realizada em três etapas, nos anos de 2008, 2010 e 2016, ocorrendo junto ao órgão gestor de turismo do Município de Tracuateua.

Figura 1 – Localização do Município de Tracuateua (Pará).



Fonte: Prefeitura Municipal de Tracuateua (2016).

Os resultados apontam que a política pública de turismo para o município foi materializada no Plano Municipal de Turismo de Tracuateua (PMT Tracuateua). Porém, pode-se dizer que algumas ações do plano foram realizadas até 2011, em função do período eleitoral e da troca de gestão municipal, em 2012. Conclui-se que a política pública de turismo pode, sim, contribuir para o desenvolvimento local, desde que seja implementada de maneira contínua e passe por momentos de atualização, adequação ou reformulação para atender às necessidades locais, considerando as transformações do contexto global.

Considerações teóricas sobre desenvolvimento local, planejamento e políticas públicas de turismo

A década de 1990 marca o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, cujos objetivos consistem em reduzir a pobreza e as desigualdades e reverter o quadro de degradação ambiental. Isso relacionado ao acelerado processo de globalização. Buarque (2006) entende a globalização como um processo que combina homogeneização dos mercados com diversificação e flexibilização das economias e dos mercados locais, integrando e articulando o local ao global.

Nesse contexto, observa-se a valorização do local e da diversidade com diferencial de qualidade e competitividade. O intuito disso é a criação e a constituição de vantagens competitivas a partir do aproveitamento das potencialidades e diversidades inerentes a cada local. Assim, aos atores sociais compete a responsabilidade de se estruturar e se mobilizar em prol do desenvolvimento local.

Para Bourdin (2001), a questão do *local* remonta a três temas. O primeiro é a constituição do vínculo social, fundamentado na complementaridade e na troca, no sentimento de pertença, no fato de viver junto e da identidade advinda da proximidade. O segundo diz respeito à especificidade do político, posto que o local reduz o Estado às suas funções clássicas, privilegia a democracia direta e os circuitos de legitimidade menos mediatizados.

O terceiro tema é referente à articulação entre as diferentes escalas sociais. Tal articulação contribui para a organização de uma percepção de

mundo e para a definição de princípios de ação. Por fim, esse autor define o local "[...] como uma forma social que constitui um nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas" (BOURDIN, 2001, p. 56), sendo caracterizada pela relação com um dado lugar que varia em intensidade e forma.

Zapata (2006) segue a lógica de Bourdin (2001), acima descrita, e contribui para reforçá-la. Utiliza o argumento de que a reestruturação produtiva, a intensificação dos processos de descentralização política e a redefinição do papel do Estado também contribuem para a emergência do paradigma do desenvolvimento local/endógeno. Este se constitui, para ela, em estratégia de enfrentamento dos desafios gerados pela competitividade, inclusão social e de uma maior participação da sociedade na construção de um modelo de desenvolvimento mais humano e sustentável.

Buarque (2006, p. 25) define desenvolvimento local como um "[...] processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos". Com o fito de ser consistente e sustentável, deve movimentar e aproveitar os potenciais locais, colaborar para a elevação das oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, bem como garantir a conservação dos recursos naturais. Em suma, o desenvolvimento local sustentável resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população, da eficiência econômica e da gestão pública eficiente.

A se pensar consoante a Buarque (2006) e Zapata (2006), para ser consistente e efetivo, o desenvolvimento local deve ser erigido em bases sólidas de sustentação. Assim, deve estar alicerçado na organização da sociedade, na agregação de valor na cadeia produtiva e na reestruturação e modernização do setor público local. Este último descentralizando as decisões e elevando a eficiência e eficácia da gestão pública local.

Esses autores apontam a descentralização como fator preponderante para o desenvolvimento local. Isso em virtude da transferência de autonomia e poder decisório entre instâncias e principalmente como fator de fortalecimento da comunidade local. Há que se destacar que a descentralização para os estados e municípios, na visão de Pereira (2000), faz parte, a partir de 1995, da reforma na estratégia de gestão do Estado,

denotando a consolidação do regime democrático no Brasil, no âmbito do qual a participação dos atores sociais é imprescindível.

Observa-se, desta feita, o redimensionamento do papel do Estado e, por conseguinte, da concepção e formulação das políticas públicas. Estas emergem agora de um processo de planejamento do desenvolvimento estratégico, situacional, participativo e que considera como as dimensões da sustentabilidade, a dimensão econômica, a ambiental, a social, a cultural e a espacial. Isso em substituição ao modelo tecnocrático, economicista e autoritário, com viés clientelista e paternalista, que prevalecia até então.

Com isso, o Estado passa de definidor a articulador e fomentador desse processo. E mais, a articulação entre ele, a iniciativa privada e sociedade civil torna-se imperativa. Configura-se, então, a origem de uma nova geração de políticas públicas caracterizadas como instrumentos de mudança social, que primam pela distribuição de renda e equidade social, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento local.

É importante, neste momento, traçar alguns comentários sobre turismo, planejamento e políticas públicas de turismo. No âmbito da discussão ambientalista e dos novos paradigmas de desenvolvimento, o turismo surge como atividade capaz de promover o desenvolvimento local sustentável. Porém, como toda e qualquer atividade econômica, o turismo necessita ser bem planejado para que seus impactos sobre o local sejam minimizados e seus benefícios maximizados.

Planejamento, segundo Petrocchi (1998, p. 19), consiste na "[...] definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização". Para Hall (2001, p. 26), "[...] é um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas; ele lida, entretanto, com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não individuais". O planejamento do desenvolvimento é uma atitude governamental e um "[...] instrumento de poder significativo" (DIAS, 2003, p. 89), em se tratando de um país, estado ou município. Em suma, o planejamento é um conjunto de ações que objetiva transformar uma dada realidade, visando torná-la melhor em um futuro próximo. O agente, neste caso, é o Estado, que tem seu poder legitimado pelo pleito eleitoral e que, ao planejar, impõe sua vontade.

Com base nesse panorama, pode-se afirmar que planejamento e política estão intensamente inter-relacionados. Assim, Beni (2006, p. 91)

aponta que a política "[...] é um curso de ação calculado para alcançar objetivos". Pensar complementado por Dias (2003, p. 120) ao afirmar que o termo política é "[...] usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a polis, ou seja, o Estado". E que a política não é exclusividade do Estado, podendo ser desempenhada pela sociedade como um todo. Porém, a política pública é prerrogativa específica do Estado, mas com a participação dos demais atores interessados.

Nesse contexto, Dias (2003, p. 121) define política pública como "[...] o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas às necessidades de toda a sociedade". Importa ressaltar que tais ações "[...] buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum" (DIAS, 2003, p. 121). Conceito que fica bem claro na geração nova de políticas públicas descritas anteriormente.

Souza (2006, p. 26) afiança que a política pública é "[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo 'colocar o governo em ação' e / ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)". Abstrai-se, então, que as políticas públicas constituem um processo capitaneado pelo Estado. Todavia, elas devem primar por atender as carências e anseios da sociedade como um todo.

Beni (2006, p. 91) aponta as políticas públicas de turismo como "[...] direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo baseados em necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recursos". Cruz (2002, p. 40), por sua vez, entende a política pública de turismo como "[...] um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território". Assim sendo, a política pública de turismo consiste nas ações que governo decide tomar e implementar em relação a esse setor.

A política pública de turismo, após sua idealização e formulação, se materializa em planos, programas e projetos, que são submetidos a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006). De acordo com Barreto (2005), o plano é a proposta de atuação abrangente, no qual são estabelecidos

os objetivos gerais em consonância com a concepção ideológica daquele governo; o projeto consiste na menor célula do planejamento, sendo nele detalhados os objetivos específicos, as metas, etapas e os custos; enquanto que os programas são a agregação de vários projetos. Assim, a "[...] a política antecede o plano" (CRUZ, 2002, p. 50). Ou seja, o plano deve ser formulado após o governo definir a política pública de turismo.

Tem-se ainda que a política pública de turismo deve ser consolidada a partir de um planejamento municipal conexo ao planejamento estadual e ao federal a fim de se estabelecer uma relação de integração e complementaridade entre eles, deve estar vinculada à política estadual e à nacional. Isso, posto que os municípios, considerando o disposto por Pereira (2000) e Dias (2003), assumam responsabilidades cada vez maiores em virtude, por um lado, da descentralização que permeia a nova estratégia da gestão estatal brasileira; por outro, em virtude do papel crescente deles, como protagonistas, no espaço globalizado. Sem esquecer, é claro, que a interação entre o local e o global é essencial, também, para a atividade turística.

No caso do turismo, a descentralização constituía uma das macroestratégias da Política Nacional de Turismo (PNT) – 1996-1999, que objetiva a promoção e o incremento do turismo como fonte de renda, geração de emprego e de desenvolvimento socioeconômico do Brasil (EMBRATUR, 1996). Ressalta-se que foi no âmbito dessa política que o Plano Municipal de Turismo de Tracuateua foi formulado, com será descrito posteriormente.

Essa política estava estruturada em quatro macroestratégias: a descentralização da gestão turística, por meio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, da municipalização do turismo e terceirização das atividades turísticas; a implantação de infraestrutura básica e turística condizente com as potencialidades regionais; o ordenamento, desenvolvimento e a promoção do turismo no Brasil e no exterior. Por fim, a qualificação dos recursos humanos para o setor. Além de dez objetivos estratégicos, quais sejam: fomento, defesa do consumidor, desenvolvimento, pensamento estratégico, qualidade de serviços, descentralização, conscientização, articulação, turismo interno, promoção e inserção internacional.

Cada um desses objetivos estratégicos se distendia em várias ações e/ou programas. Portanto, o objetivo estratégico descentralização se desdobrava em: fortalecimento das secretarias e órgãos estaduais/municipais para a gestão do turismo; Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT); transferência de responsabilidade para gestão das atividades turísticas, delegação de atividades a entidades privadas e, por fim, a terceirização de serviços (EMBRATUR, 1996). Merece destaque o PNMT, pois foi no âmbito dele que a descentralização se materializou nos estados e municípios brasileiros.

O PNMT possuía como objetivo geral "[...] fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos Municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política" (EMBRATUR, 1999, p. 11). E apresentava cinco objetivos específicos. Dessa feita, "[...] descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do Município a partir da formulação e da co-gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo" (EMBRATUR, 1999, p. 11) era um desses objetivos.

A estrutura de gestão do programa articulava e integrava os três níveis de governo, entre os quais estavam distribuídas as atribuições de coordenação e operacionalização. Era composta em nível federal, pelo Comitê Executivo e pela Coordenação Geral do PNMT; em nível estadual, pelo Comitê Estadual; e em nível municipal, pelo Conselho Municipal de Turismo. A equipe operacional era composta por agentes multiplicadores nacionais e estaduais, pelos facilitadores estaduais e municipais, e pelos monitores municipais.

Para a implementação do PNMT foi utilizada uma metodologia participativa e que consistia na realização de oficinas de capacitação.[3] Tais oficinas eram divididas em três fases (EMBRATUR, 1999). Em cada uma delas os agentes multiplicadores e monitores municipais eram capacitados para desenvolver as atividades delineadas para fomentar o programa em seus respectivos municípios.

[3] As oficinas eram conduzidas por um profissional, denominado moderador, capacitado no método ZOOP (Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos) (EMBRATUR, 1999).

Nesse contexto, a Oficina de 1ª. Fase – Sensibilização consistia na capacitação para sensibilização da comunidade local quanto ao turismo como promotor de desenvolvimento socioeconômico. Na Oficina de 2ª. Fase – Capacitação, os agentes e monitores municipais eram capacitados e qualificados para criar o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo, necessários para a operacionalização do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. E a Oficina de 3ª. Fase – Planejamento era referente ao repasse das técnicas e métodos de planejamento participativo com vista à elaboração do plano municipal de turismo.

É importante destacar que o município com potencial para o desenvolvimento turístico recebia o *Selo de Prata do Turismo*. E aquele que cumprisse as três fases do PNMT e tivesse o seu plano de turismo elaborado recebia o *Selo de Ouro do Turismo*. Isso ao mesmo tempo em que os municípios eram estimulados a desenvolver as atividades do programa e despertavam o interesse de outros em participar do referido.

Todavia, a implementação do PNMT em dado município estava sujeita à identificação desse município como prioritário para o desenvolvimento da atividade turística. Isso era feito pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) por meio do preenchimento, pelos municípios, de um formulário, o Roteiro de Informações Turísticas – Atualização Básica Anual, comumente chamado de Rintur. O Rintur objetivava, em curto prazo, a priorização dos municípios turísticos em relação à alocação de recursos públicos para financiamento de ações bem como, em médio e longo prazo, orientar o planejamento do desenvolvimento turístico municipal.

O PNMT apresentava, porém, uma contradição. Ao mesmo tempo em que pregava a descentralização, apresentava uma estrutura de gestão que sujeitava sua implementação às decisões instituídas nos níveis federal e estadual. Assim, todas as ações e determinações municipais careciam do aval da coordenação estadual e, posteriormente, da nacional do programa. Isso desde a participação dos facilitadores e monitores municipais nas oficinas, pois só participava da oficina seguinte aquele município que comprovasse a realização das atividades inerentes à oficina antecessora.

Baseado nisso, tem-se que o Plano Municipal do Turismo de Tracuateua foi elaborado no âmbito do PNMT. O processo de elaboração desse plano será descrito na quarta seção deste artigo. A hipótese que norteou este texto, considerando o panorama acima delineado, aponta que o Plano Municipal de Turismo de Tracuateua foi elaborado de acordo com as determinações e etapas definidas pelo PNMT, bem como considerando o pensar e as necessidades dos atores sociais envolvidos com a atividade turística no município, de modo a contribuir para o desenvolvimento local.

Aspectos metodológicos

Com vistas à consecução do objetivo estabelecido e baseado em uma perspectiva interdisciplinar (JANTSCH, 1970), foi realizada pesquisa bibliografia, documental e pesquisa de campo. A primeira abordou turismo, políticas públicas e desenvolvimento local. A segunda foi concretizada com base na matriz de análise definida por Farias Filho e Arruda Filho (2013). Os documentos estudados foram o Plano Municipal de Turismo de Tracuateua (PMT Tracuateua); o Levantamento da Oferta Turística do Município; a Pesquisa de Turismo Receptivo – Demanda turística; e o Relatório de Gestão do Departamento de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Esporte e Lazer (DETURCMAEL).

A pesquisa de campo foi realizada junto ao órgão gestor de turismo de Tracuateua, em três etapas. A primeira etapa foi realizada no período de 13 a 23 de agosto de 2008. Foram coletadas informações junto ao Departamento de Turismo (Detur) da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo (SECULDT) e a Biblioteca Pública Municipal. Realizaram-se, ainda, pesquisas em outras fontes, como textos na internet, estudos acadêmicos, na Companhia Paraense de Turismo (Paratur).

A segunda etapa ocorreu na última semana de dezembro de 2010; e a terceira, na primeira semana de agosto de 2016. Nestas últimas etapas foram coletadas informações junto à Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo e Secretaria Estadual de Turismo (Setur).

O plano municipal de turismo (PMT) de Tracuateua: a materialização de uma política pública

O Princípio de Tudo...

A gestão da atividade turística no Município de Tracuateua ficou sob a égide da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico (Semade), de acordo com a Lei nº. 003 de 10 de fevereiro de 1997, que estabeleceu a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal (TRACUATEUA, 1997). Porém, com base nas informações obtidas em documentos[4] daquela época, observou-se que as articulações, tratativas e ações sobre turismo foram inicialmente conduzidas pela secretária municipal de Assistência Social, na época a senhora Maria Helena Rodrigues Barros. Foram encontrados registros da participação dela em eventos de turismo realizados tanto na capital paraense quanto fora do Pará.

Os registros documentais apontam, ainda, que a secretária de Assistência Social foi responsável por mandar confeccionar vários *banners* e um *folder* sobre os atrativos turísticos do município. Esse material era utilizado para promover Tracuateua em eventos nos quais se fazia presente, entre eles encontros do PNMT, tanto em nível estadual quanto nacional. Uma reportagem extensa, estilo prestação de contas, lançada em comemoração aos dez anos de emancipação de Tracuateua (JONAS..., 2004, p. 26-30) que condensa as ações acima descritas.

Porém, em 2001, a Prefeitura de Tracuateua realizou concurso público para provimento de cargos efetivos, dentre os quais o de técnico em Turismo. Com a posse e lotação desse técnico na SEAE, bem como o desligamento da senhora Maria Helena Barros, da Semas, a gestão do turismo passou a ser exercida pela Semade, conforme constava na Lei nº. 003/97 (TRACUATEUA, 1997). Assim, coube a tal secretaria dar continuidade às ações que vinham sendo desenvolvidas, em relação ao turismo, desde 1997.

É importante ressaltar que a atuação e os esforços da senhora Maria Helena Barros em prol do turismo possibilitaram que Tracuateua

[4] Principalmente correspondências oficiais trocadas entre a Prefeitura e órgãos do governo estadual, a exemplo da Paratur e da então Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam).

fosse considerado como prioritário para o desenvolvimento turístico, em conformidade com o que preconizavam as diretrizes do PNMT (BRASIL, 1999). Tais ações foram materializadas na implementação, no município, das ações referentes às oficinas de 1ª, 2ª e 3ª fase do PNMT.

Nesse contexto, o município apresentava anualmente o Rintur, atualizando as informações turísticas. Realizou o seminário de sensibilização turística, determinado na oficina de 1ª fase. Conforme estabelecido na oficina de 2ª fase, criou o Conselho Municipal de Turismo de Tracuateua (CMT) (TRACUATEUA, 2000), porém não criou o Fundo Municipal de Turismo. Realizou também a oficina de 3ª fase (BRASIL, 2001),[5] que consistiu na identificação dos entraves/problemas, objetivos e resultados esperados para o desenvolvimento do turismo no município.

Em fevereiro de 2002, teve início uma nova etapa na gestão do turismo em Tracuateua. A lotação do técnico em Turismo (Turismólogo) e de um agente administrativo, também graduado em turismo, possibilitou ao então secretário municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, senhor Paulo César Barros do Nascimento, estruturar, efetivamente o Detur. Este tinha por competência implementar as ações, estabelecidas na lei de criação da Semade, que consistiam em

> VIII – Coordenar o processo de desenvolvimento turístico do município e apoiar as atividades dos órgãos privados ligados direta ou indiretamente ao setor turístico;
> IX – Manter estritas relações com órgãos federais e estaduais, responsáveis pela política de turismo federal e estadual;
> X – Promover a realização e a oficialização de congressos, certames, exibições ou quaisquer outras iniciativas que tenham por objetivo desenvolver o turismo;
> XI – Analisar e dar parecer nos pedidos de favores fiscais efetuados por empresas que procuram a prefeitura, que tenham por objetivo incentivar o turismo no município;
> XII – Promover eventos aos locais de belezas naturais do município; (TRACUATEUA, 1997).

[5] Essa oficina foi realizada no Município de Tracuateua, porém conduzida por um facilitador determinado pela Embratur e que seguiu a metodologia ZOOP de planejamento participativo, conforme estabelecia o PNMT.

Passo inicial consistiu na consecução de mobília (mesas, cadeiras, armários) e de material de expediente e na organização dos documentos atinentes ao turismo e que estavam na Semas.

Em seguida, o corpo técnico do Detur procedeu à elaboração de um plano de ação a ser desenvolvido pelo departamento no período de 2002-2005 (TRACUATEUA, 2002). Dentre as ações elencadas nesse plano têm destaque para a reestruturação do CMT: a elaboração do inventário turístico do município, a realização de pesquisa de turismo receptivo (pesquisa de demanda turística), elaboração do plano de turismo do município e a articulação político-institucional em nível municipal e estadual.

Ainda em 2002, o Detur iniciou a implementação das ações previstas. Inicialmente procedeu à articulação político-institucional, que culminou, entre outras ações, com a reestruturação no CMT[6]. E, logo em seguida, a articulação em nível estadual. Fruto dessa ação foi o convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e a Paratur. O objetivo dele foi "[...] desenvolver e consolidar a atividade turística no município, explorando seus recursos naturais, de forma sustentável" (PARÁ, 2004b). A implementação do convênio foi corresponsabilizada pela Paratur e Prefeitura, e contou com a parceria da Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Departamento de Turismo do Centro Socioeconômico, atual Faculdade de Turismo (Factur) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

Uma divisão de responsabilidades entre os partícipes foi estabelecida. À Paratur coube a coordenação das ações desenvolvidas, bem como a elaboração dos documentos finais (levantamento da oferta, pesquisa de demanda e o plano de turismo). A Prefeitura forneceu o apoio e acompanhamento dos técnicos do Detur, a infraestrutura de hospedagem e alimentação, a logística de transporte, e mobilizou os órgãos públicos municipais, a sociedade civil e a iniciativa privada. E a UFPA disponibilizou os alunos do Departamento de Turismo para a realização das pesquisas de campo, o que aconteceu como atividade curricular da disciplina de Projetos Turísticos, ministrada pelo Professor Álvaro do Espírito Santo.

A implementação, em 2003, das ações do convênio foi dividida em três momentos. No primeiro momento, ocorrido no período de 1º a 31 de

[6] Ocorrida conforme disposto pela Lei nº. 145, de 10 de abril de 2003 (TRACUATEUA, 2003).

janeiro, foi realizada a pesquisa de turismo receptivo,[7] com o objetivo de traçar o perfil do turista que visitava Tracuateua (PARÁ, 2003b). No segundo, sucedido de 18 de janeiro a 2 de fevereiro, foi efetivado o levantamento da oferta turística do município, com o fito de identificar os atrativos turísticos, os serviços e equipamentos turísticos bem como a infraestrutura de apoio do turismo disponível em Tracuateua (PARÁ, 2003a). O terceiro momento consistiu na elaboração, pela Paratur, do Plano Municipal de Turismo de Tracuateua (PARÁ, 2004b). Vale destacar que uma versão preliminar desse plano foi apresentada ao município em agosto de 2003 (PARÁ, 2003c), sendo que a versão final somente foi entregue em 2004.

O PMT Tracuateua e seus Desdobramentos

O Plano Municipal de Turismo de Tracuateua foi elaborado com base em três documentos: o Levantamento da Oferta Turística do Município de Tracuateua, a Pesquisa de Turismo Receptivo – Demanda Turística do Município de Tracuateua e o Relatório da Oficina de 3ª fase – Passo 3 do PNMT (BRASIL, 2001). Quanto aos dois primeiros, foram elaborados no primeiro semestre de 2003. O terceiro documento foi elaborado considerando os dois primeiros documentos e o relatório da oficina realizada em 2001.

De acordo com Pará (2004b), a estrutura do plano consta de três partes. A primeira parte consiste em uma apresentação. A segunda é um breve diagnóstico do município. A terceira é uma exposição da estratégia para o desenvolvimento turístico de Tracuateua. Na apresentação é explanado sobre o convênio que originou o plano e o processo de elaboração do mesmo.

O diagnóstico apresenta, sinteticamente, informações referentes às características gerais e atrativos turísticos do município, ao perfil dos equipamentos e serviços turísticos; a infraestrutura básica e serviços públicos; e análise da demanda (PARÁ, 2004b). Os dados descritos nas características gerais enfatizam o desmembramento de Tracuateua do vizinho Município de Bragança; a área, os limites, o acesso, a demografia; a as atividades econômicas predominantes.

[7] Também denominada pesquisa de demanda turística.

Os atrativos turísticos de expressividade maior no município foram enquadrados em duas categorias. Na categoria natural, destaque para os rios, as praias de água salgada, os balneários e a florada dos ipês. Na categoria cultural, ênfase ao sobrado da Embrapa; a antiga estação da Estrada de Ferro Belém-Bragança; a festividade de São Sebastião e São Benedito; e a coroação de Nossa Senhora no Sítio Jurussaca.

No perfil dos equipamentos e serviços turísticos destaca-se que os primeiros foram considerados de estrutura simples e familiar. Quanto aos segundos, inexistia no município, à época, estrutura de atendimento ao turismo receptivo. Porém a questão do transporte era, e continua sendo, realizada, em grande parte, pela empresa de ônibus Boa Esperança, seguida por transportes alternativos (vans e micro-ônibus).

No que concerne ao entretenimento e lazer, são apontadas como opções culturais e de lazer do município a festividade de São Sebastião e São Benedito, a coroação de Nossa Senhora no Sítio Jurussaca e o Festival Folclórico. Em relação à infraestrutura básica e aos serviços públicos, foi apontada a inexistência, no caso de saneamento básico, de hospital, agência bancária e de câmbio, e sinalização turística; e a insuficiência, no caso de abastecimento de água e iluminação pública.

A análise da demanda aponta que, naquela época, 96% dos visitantes eram do mercado doméstico (primazia de Belém e Bragança), 3% do regional (destaque para os estados do Maranhão e Ceará) e apenas 1% é do mercado nacional (especificamente Distrito Federal). As viagens a Tracuateua eram motivadas pelos atrativos turísticos e visita a parentes e amigos. O perfil do visitante era de faixa etária abaixo dos 50 anos, havendo um equilíbrio entre homens e mulheres e o predomínio das profissões "do lar", "professor" e "estudante".

A renda bruta mensal do turista que visitava Tracuateua, na época, era de R$ 400,00. Ônibus e carro particular eram os meios de transporte utilizados. A visita era influenciada, majoritariamente, por comentários dos parentes e amigos (61,5%). E os atrativos turísticos eram avaliados com "bom" (44,8%) e "excelente" (21,7%). As infraestruturas básica e turística foram ambas classificadas como de qualidade regular.

A Estratégia para o Desenvolvimento Turístico de Tracuateua tem como objetivo geral: "[...] desenvolver e consolidar a atividade turística no Município

de Tracuateua, explorando seus recursos naturais e culturais, de forma sustentável, gerando emprego e renda para a comunidade, proporcionando assim a melhoria da qualidade de vida da população" (PARÁ, 2004b, p. 11). E como específicos, a implantação de um modelo de gestão estratégica social; melhoria e implantação de infraestrutura básica e de serviços públicos; a melhoria e ampliação dos equipamentos e serviços turísticos; a capacitação e qualificação dos recursos humanos; a conscientização da população local quanto ao turismo; a criação de mecanismos legais de preservação ambiental; e a criação de mecanismos de divulgação do município nos principais polos emissores de turistas. As ações estratégicas propostas são oito e estão demonstradas no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Demonstrativo Consolidado da Estratégia para o Desenvolvimento Turístico de Tracuateua.

AÇÕES ESTRATÉGICAS	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
Gestão Estratégica e Social do Turismo	Criação da Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Lazer	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo	
	Criação do Fórum Empresarial de Turismo	
	Criação da Comissão Permanente de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Lazer da Câmara de Vereadores	
Infraestrutura e Serviços Públicos	Melhoria da urbanização básica	Prefeitura, Governo do Estado e Setor empresarial (terceirização de serviços)
	Sinalização turística rodoviária, urbana e de acesso aos pontos turísticos	Prefeitura, Governo do Estado e Setor empresarial (terceirização de serviços)
	Ampliação do abastecimento de água potável	
	Implantação de Serviço de Informação Turística	
	Implantação ou melhoria do Terminal Rodoviário	

Infraestrutura e Serviços Públicos	Melhoria das vias de acesso aos atrativos turísticos	Prefeitura, Governo do Estado e Setor empresarial (terceirização de serviços)
	Melhoria do sistema de coleta e tratamento de lixo	
	Melhoria do Serviço de Pronto-Socorro	
Equipamentos e Serviços Turísticos	Definição de uma política municipal de incentivos fiscais e econômicos	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Elaboração da cartilha do investidor, com orientações sobre oportunidades de investimento e linhas de financiamento	
	Realização de seminários para investidores potenciais	
	Negociação/desapropriação e transformação da antiga sede da Embrapa em pousada	
Educação e Conscientização	Realização através da difusão da cartilha da Embratur	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Aquisição e distribuição de vídeos sobre turismo	
	Realização de palestras para o corpo docente do município	
Preservação do Meio Ambiente	Elaboração da legislação municipal	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Criação de trilhas ecológicas	
	Realização de estudos para a criação e implantação de unidades de conservação (UCs) municipais	
	Criação e implantação do Programa de Educação Ambiental nas escolas e comunidades	
Programa de Incentivo à Cultura	Criação do Museu da Estrada de Ferro Belém-Bragança (na antiga estação)	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Articulação junto aos órgãos competentes para ações de proteção e restauro do patrimônio cultural do município	
	Investimentos na melhoria e divulgação dos atuais eventos culturais do município e a criação de novos eventos	
	Investimentos na melhoria da produção e comercialização do artesanato local	

AÇÕES ESTRATÉGICAS	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
Marketing	Criação do Banco de Imagens do Município	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Criação de um vídeo profissional de 5 minutos	
	Criação do *folder* turístico com mapa do município	
	Criação do *site* do município	
	Participação e promoção do município em eventos	

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Pará (2004b).

Convém, a partir do acima descrito, tecer alguns comentários. Inicialmente, considera--se o disposto por Barreto (2005), Cruz (2002) e Souza (2006), de que a política pública de turismo de Tracuateua está materializada no Plano Municipal de Turismo. Porém, não há registro de algum instrumento legal instituindo-a. Em outros termos, ela não foi institucionalizada por força de lei.

Conforme discutido anteriormente, é possível afirmar que tal plano emergiu de um processo de planejamento situacional, estratégico e participativo. Situacional, pois considerou a realidade[8] do município naquele momento. Estratégico, por apresentar uma visão e uma abrangência macro para o desenvolvimento do turismo no município. E participativo, por considerar o relatório da oficina de planejamento, que contou com a presença de representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade tracuateuense (BRASIL, 2001). Entretanto, tal relatório poderia ter sido revisto, mesmo que por meio de uma reunião com os participantes da oficina, para que as informações nele contidas fossem revalidadas.

Outra questão ainda referente à participação dos atores diz respeito à validação do plano. Em que pese tenha sido elaborado pela Paratur, mas em consonância com os documentos acima descritos, uma versão preliminar foi encaminhada para apreciação do município em janeiro de 2004. Isso aconteceu em um evento intitulado "Apresentação da Versão Preliminar

[8] Identificada e registrada no Levantamento da Oferta Turística e na Pesquisa de Turismo Receptivo.

do Plano de Desenvolvimento Turístico de Tracuateua", ocorrido no dia 12 de janeiro daquele ano no Auditório do Centro Municipal de Saúde (TRACUATEUA, 2004). Estiveram presentes no evento representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade, com destaque para os membros do CMT.

A versão preliminar do plano foi apresentada pela Diretora de Economia e Fomento da Paratur, senhora Conceição Silva da Silva. Após a apresentação, a representante da Paratur informou que o documento estava aberto para possíveis considerações por parte do município, que teria um prazo para fazê-lo. As considerações deveriam ser encaminhadas à Paratur, que procederia às devidas alterações e remeteria a versão final para Tracuateua. Entretanto não há registro de como isso foi feito e se contou com a efetiva participação de todos os atores sociais envolvidos. Consta apenas que a versão final do plano foi encaminhada ao município em março de 2004.

Um ponto que também merece destaque é que não há, no plano, a indicação considerando as potencialidades locais, de quais são os segmentos turísticos prioritários a serem trabalhados pelo município. Isso, de certo modo, dificulta a atuação da gestão municipal, que fica sem foco, sem direcionamento. O que pode acarretar tomadas de decisão equivocadas em relação ao atendimento da demanda turística existentes, a busca por novos turistas e, também, ao próprio posicionamento do município no mercado turístico.

É válido destacar alguns acontecimentos que podem ser tidos como desdobramentos da implementação do Plano Municipal de Turismo de Tracuateua. O primeiro deles diz respeito à parceria firmada entre a Prefeitura Municipal e o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PA), para a implantação do Projeto Sebrae de Turismo Amazônia Atlântica Paraense. Por meio dessa parceira o Sebrae/PARÁ se dispunha a implementar todas as ações do programa no município, tendo como contrapartida da Prefeitura de Tracuateua a disponibilização de um técnico e da infraestrutura e logística para a execução das atividades, bem como a mobilização da população local.

No âmbito desse acordo, conforme dados da Prefeitura (2004), foi criado o Consórcio Gestor de Turismo de Tracuateua, entidade que reunia

os empresários locais envolvidos com o turismo. Alguns empreendedores das áreas de artesanato, alimentos e hospedagem receberam assessoria do Sebrae/PA para realizar a elaboração do plano de negócios, a gestão e a promoção de seus empreendimentos.

Foi implantado, ainda, o Projeto Turismo na Escola. Esse projeto contou com uma cartilha educativa e com o assessoramento técnico fornecido pelo Sebrae/PA. E, por fim, foram realizados dez cursos de capacitação, no período de maio a novembro de 2004. Tais cursos foram: Organização Social, Turismo com Qualidade, Atendimento Turístico, Educação Ambiental para o Turismo, Gestão Artesanal, Gestão de Pequenos Negócios Turísticos, Planejamento Turístico Local, Organização e Promoção de Eventos Turísticos e Contabilidade para Não Contadores.

Há que se enfatizar que o Sebrae/PA arcou com todas as despesas referentes ao transporte, alimentação, estadia dos instrutores que ministraram os cursos, bem como com os lanches para os participantes do evento. E, também, com os custos referentes às assessorias aos empreendedores e os atinentes ao Programa Turismo na Escola (TRACUATEUA, 2004). Tais ações contribuíram para promover a atividade turística em Tracuateua e para sensibilizar a sociedade e a iniciativa privada quanto à importância do turismo enquanto alternativa para geração de emprego e renda.

Outro ponto importante foi o fortalecimento do CMT que havia sido reestruturado em 2003. Dessa feita, o CMT passou a se reunir periodicamente, em reuniões ordinárias, para deliberar sobre a situação do turismo no município. A partir, disso, o CMT se tornou mais atuante no desempenho de suas funções, principalmente em relação à gestão pública do turismo, a quem deveria servir de apoio consultivo.

Destaca-se a participação de Tracuateua, em 15 de março de 2004, na Oficina para Definição da Estratégia de Implementação do Programa Nacional de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil[9]. Informações da Prefeitura (2004) apontam que isso somente foi possível por Tracuateua ser um dos municípios paraenses detentores, na época, de plano de desenvolvimento turístico. Nesse evento ficou definida a implementação do programa nos polos de turismo do Pará, que são, segundo Nascimento

[9] Esse programa era o carro-chefe, por assim dizer, da nova política nacional de turismo materializada no Plano Nacional de Turismo 2003-2007.

e Simonian (2014): Belém; Amazônia Atlântica, onde está Tracuateua; Marajó e Tapajós, que deveriam desenvolver os roteiros turísticos criados na oficina, de acordo com orientações futuras do programa.

E, por fim, destaca-se a criação da SECULDT, em 1º de maio de 2005. Para cada uma das áreas que a compõe foi definido um departamento, o que, no caso, levou ao ressurgimento do Detur. Isso demonstrou que a atividade turística passou a ser vista sob uma ótica nova pela gestão pública. Esse novo status garantiu também dotação orçamentária para investimento no desenvolvimento do turismo em Tracuateua. Muito embora, naquela data, o quadro técnico do Detur tenha se limitado a apenas um técnico, posto que o agente administrativo anteriormente lotado no antigo Detur tivesse se desligado da Prefeitura; enquanto que os demais departamentos possuíam dois ou mais funcionários.

É de suma relevância destacar que, em 2010, o Detur estava sem corpo técnico, pois o turismólogo concursado que o compunha havia se desligado da Prefeitura, e esta não havia providenciado a substituição dele. Porém, algumas ações do plano de turismo continuavam em implementação, notadamente em relação às estratégicas dos programas de incentivo à cultura e de marketing. O primeiro com destaque para a melhoria dos eventos culturais que passaram a ser realizados no Ginásio Poliesportivo, inaugurado naquele ano. E o segundo, por conta da criação do site do município.

Ressalta-se, ainda, que, em 2016, o Detur continuava sem corpo técnico. Todavia, o município passou a integrar a rota turística Belém-Bragança, ação da Setur, no âmbito do Plano Ver-o-Pará: Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará 2012-2020 e, considerando os ditames do Ministério do Turismo, via Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (NASCIMENTO; SIMONIAN; FARIAS FILHO, 2016). Entretanto, não estavam mais sendo desenvolvidas quaisquer ações de fomento ao turismo pela gestão pública municipal.

Conclusão

Pensar o desenvolvimento local com foco no global é imperativo, notadamente para municípios de pequeno porte. Ainda mais ao se

considerar que a fonte de renda deles está, em sua maioria, alicerçada no setor primário da economia e nos recursos advindos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essa é a realidade do Município de Tracuateua.

Tracuateua, porém, dispõe de um diferencial: o potencial turístico. Assim, pensar o desenvolvimento local considerando a atividade turística não é apenas uma alternativa viável, mas sim uma possibilidade real, desde que devidamente planejada. Foi isso o que se constatou neste artigo.

O governo municipal acreditava no turismo como promotor de desenvolvimento local sustentável, tanto que procurou executar todas as ações que foram demandadas no âmbito da política nacional de turismo, por meio do PNMT, culminando com a formulação do Plano Municipal de Turismo e sua implementação. Porém, essa última aconteceu somente até 2011, pois, com o pleito eleitoral daquele ano e a posse da gestão pública nova, em 2012, tal plano foi esquecido.

Nesse contexto, tem-se a confirmação da hipótese que norteou este artigo. Assim, a elaboração do Plano Municipal de Turismo de Tracuateua ocorreu em conformidade com as etapas e procedimentos definidos pelo PNMT e atendendo ao pensar e as necessidades dos atores sociais envolvidos com a atividade turística no município, e visando ao desenvolvimento local. Todavia, isso não se estendeu até os dias atuais, conforme descrito.

É importante ressaltar, contudo, que a questão da descentralização acabou sendo relativa. Ou seja, o município era autônomo para tomar suas decisões, mas estas careciam de validação pelo Comitê Estadual do PNMT, capitaneado pela Paratur.

Outro ponto importante foi a constatação de que o município não possuía uma política pública de turismo legalmente instituída, embora ela estivesse materializada em um documento escrito. Possuía, é bem verdade, um plano formulado, que se pressupõe a validação pelos atores sociais. Mas, como não foi uma política de estado legalmente instituída, esse plano acabou se tornando uma proposta de ação apenas do governo no âmbito do qual ele foi formulado.

Por outro lado, observou-se que o Plano Municipal de Turismo de Tracuateua estava em consonância com as políticas estadual e nacional de turismo. Prefigurava-se, então, a articulação entre as diferentes esferas de

governo. Isso chega a denotar certo descompasso, pois ao mesmo tempo em que se tem uma descentralização do governo federal em relação aos governos locais, estes se veem como que obrigados a nortear suas decisões e ações considerando o que preconiza aquele.

Urge, então, que cada esfera de governo tenha sua política pública estruturada, legalmente instituída e que tenha continuidade, o que contribuirá para deixar bem claro o papel e a responsabilidade de cada uma no desenvolvimento do turismo, de tal sorte que não haja sobreposição entre elas, mas sim interação e articulação. E que elas contemplem também o envolvimento e a participação de todo os atores sociais envolvidos com a atividade turística em suas respectivas escalas, de tal modo a contribuir realmente para o desenvolvimento local.

Referências

BARRETO, Margaritta. **Planejamento responsável do turismo**. São Paulo: Papirus, 2005.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. (Série Turismo).

BOURDIN, Alain. ***A questão local***. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. EMBRATUR. **Política Nacional de Turismo:** principais diretrizes, estratégias e programas 1996/1999. Brasília: EMBRATUR, 1996.

_____. EMBRATUR. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT):** diretrizes. Brasília: EMBRATUR, 1999.

_____. EMBRATUR. **Relatório da Oficina de 3ª fase, passo 3 do Município de Tracuateua**. Brasília, 2001. (mimeo).

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** metodologia de planejamento. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo).

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico:** políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

JANTSCH, Erich. Inter and transdisciplinary university: a systems approach to education and innovation. **Policy Sciences**, v. 1, n. 1, p. 403-428, 1970.

JONAS Barros, o homem que deu vida à Tracuateua – obras e serviços que transformaram Tracuateua em um município de referência no Pará. **Revista Tracuateua**, Tracuateua, Pará, ano 1, n. 1, p. 26-30, set. 2004.

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. A política de ecoturismo no Polo Belém/Costa Atlântica (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, n. 3, p. 618-645, ago./out. 2014. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/download/807/714> . *Acesso em: 26 ago. 2016.*

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes; FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Os participantes da política pública de turismo do Pará a partir do modelo de fluxos múltiplos – 2007-2011. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 129-151, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.rbtur.org/rbtur/article/view/924>. Acesso em: 26 ago. 2016.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. **Levantamento da oferta turística do município de Tracuateua**. Belém, 2003a.

_____. Companhia Paraense de Turismo. **Pesquisa de turismo receptivo** – demanda turística do município de Tracuateua. Belém, 2003b.

_____. Companhia Paraense de Turismo. **Plano Municipal de Turismo de Tracuateua** – versão preliminar**.** Belém, 2003c.

_____. Companhia Paraense de Turismo. **Plano Municipal de Turismo de Tracuateua**. Belém, 2004b.

PEREIRA, Luiz Carlos B. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista da Administração Pública**, ano 34, n°. 4, p. 01-19, jul., 2000.

PETROCCHI, Mário. **Turismo:** planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

TRACUATEUA. Lei n°. 003, de 10 de fevereiro de 1997. Estabelece a estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Tracuateua e dá outras providências. **Quadro de avisos da Prefeitura**. Tracuateua, PA, 10 fev. 1997.

_____. Lei nº. 093, de 29 de maio de 2000. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo de Tracuateua e dá outras providências. **Quadro de avisos da Prefeitura.** Tracuateua, PA, 29 mai. 2000.

_____. Lei nº. 145, de 10 de abril de 2003. Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo de Tracuateua e dá outras providências. **Quadro de avisos da Prefeitura** Tracuateua, PA, 10 abr. 2003.

_____. Departamento Municipal de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Esporte e Lazer. **Relatório de gestão do DETURCMAEL em 2004**. Tracuateua, dez. 2004.

_____. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico. **Plano de Ação do Departamento de Turismo – 2002 a 2005**. Tracuateua, fev. 2002.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

ZAPATA, Tânia. **Desenvolvimento local:** trajetórias e desafios. Recife: IHDA, Gráfica e Editora Nacional, 2006.